

---

## RELATÓRIO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

**Licitação:** 5000112020

**Edital:** PESG009/20

**Modalidade:** Pregão

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO

A Comissão de Licitação recebeu em 12 de fevereiro de 2021 recurso administrativo interposto pela empresa GASCAT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA relativo ao Edital PESG009/20.

Em 12 de fevereiro de 2021, foi publicado na plataforma eletrônica Licitações-e do Banco do Brasil, onde o processo é conduzido publicamente, a seguinte mensagem a respeito do recebimento do referido recurso para conhecimento de todos os interessados:

*“Em atenção ao previsto no item 10.2 do Edital PESG009/20, esta Comissão de Licitação vem pela presente informar a todos os licitantes que no dia 12/02/2021 a empresa GASCAT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA interpôs recurso requerendo o cancelamento do certame por desrespeito às determinações expressas em disposição legal vigente. Fica aberto prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da presente comunicação, para apresentação de impugnações ao recurso interposto, as quais devem ser apresentadas nas mesmas condições descritas nos itens 10.1 e 10.1.1 do Edital PESG009/20. Fica assegurada a todos os licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, resguardado os documentos considerados sigilosos, devendo em sua solicitação serem indicados de forma nominal e objetiva os documentos que se deseja ter acesso, através do endereço eletrônico de email [compras@esgas.com.br](mailto:compras@esgas.com.br).”*

### 2 – ALEGAÇÕES DO RECURSO

A empresa GASCAT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA alega que “*não pode oferecer preços mais atraentes e que pudessem ser comparativamente “considerados competitivos” por perpetuação de um suposto erro de conceito técnico formal, resultante de resposta da ESGAS a questionamento feito durante o processo licitatório.*

No dia 23/12/2020 esta comissão recebeu questionamento de empresa interessada, conforme reproduzido abaixo:

*“PERGUNTA2: Ainda em relação a requisito técnico, sobre o lacre/selo a ser colocado pós calibração “as found”, este poderá ser o executado por Empresa Autorizada? Ou somente pelo IPEM/INMETRO local?”*

Tal questionamento foi respondido como segue no dia 28/12/2020:

*“Se a empresa for autorizada pelo IPEM/INMETRO para colocar o lacre/selo, então pode ser feita pela empresa.”*

A recorrente afirma em seu recurso que a resposta acima foi *“interpretada de forma equivocada, onde na realidade a ESGÁS utilizando o condicional “se” (Se a empresa for autorizada pelo INMETRO / IPEM), deixa de considerar em fato expresso, que não existe esta alternativa para o serviço correspondente ao objeto deste processo licitatório.”*.

A recorrente alega que o serviço em contratação trata-se de uma *“Verificação Subsequente”*, e que neste caso *“a colocação do lacre metrológico, por força de lei não pode ser colocado por nenhuma “EA” (Empresa Autorizada), mas somente pelo INMETRO / IPEM.”*.

A recorrente continua em sua argumentação informando que conforme o que estabelece a Portaria Inmetro nº 400, de 12 de agosto de 2013, é possível observar de forma clara *“que uma “EA” não pode lacrar medidores usados que não tenham sido reparados por ela própria, sob pena de estarem cometendo um crime perante a legislação em vigor, sobretudo com o conhecimento da Contratante ESGÁS, já que tais lacres seriam considerados ilegais.”*.

E complementa:

*“Neste processo licitatório, o fato de ser acreditado pela Portaria 400, em nada altera a necessidade de se convocar o IPEM para a colocação de lacre nos medidores, uma vez que não se tratam de medidores novos e nem medidores reparados (que sofreram manutenção) executada pela EA.”*

Por todo o exposto, no recurso impetrado pela empresa, a recorrente solicita ao Presidente da Comissão de Licitação, *ipsis literis*:

*“Por todo o exposto, a Recorrente GASCAT, por entender haver esclarecido devidamente as razões recursais que ora interpõe, vem respeitosamente pleitear a reconsideração por parte do ilustre Pregoeiro e da Comissão de Licitação que promove o Pregão PESG 09/20, quanto à decisão assumida, no sentido de ser CANCELADA a licitação ora em trâmite, cabendo ser reformulada em “Stricto Sensu”, em relação à selagem dos medidores, CANCELAMENTO que passa a ser determinante para o saneamento do processo licitatório e sobre o que não se pode questionar, tratando-se de matéria de direito o desrespeito às determinações expressas em disposição legal vigente, como resta claro tal violação ter sido praticada pela licitante “SENAI”, que zerando os valores correspondentes aos lacres a serem efetuados pelo INMETRO / IPEM, na condição de EA, logrou extrair vantagem ilícita em fraude preconcebida, como se evidencia e nos parece ter ocorrido.”*

### **3 – IMPUGNAÇÕES AO RECURSO**

Foi recebido em 18 de fevereiro de 2021 da empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL/RS pedido de impugnação do recurso interposto pela empresa GASCAT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA em 12 de janeiro de 2021.

A impugnação apresentada foi tempestiva uma vez que, em atenção ao previsto no item 10.2 do Edital PESG009/20, ocorrera no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a comunicação do recebimento de recurso interposto, em 12/02/2021.

Antes de adentrar no mérito do recurso, em seu pedido de impugnação a empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL/RS destaca a inadmissibilidade do recurso, pois há impedimento ao conhecimento do recurso administrativo e das alegações de mérito nele contidas.

Tal inadmissibilidade, segundo a empresa, se deve devido ao fato de que a *“irresignação da recorrente se dirige não contra a decisão do pregoeiro - que, acertadamente, não a considerou vencedora – mas contra a cláusula 9.2.1 que disciplinava os requisitos necessários à demonstração da qualificação técnica mínima necessária para a consecução do objeto.”*.

E conclui:

*“Ora, a recorrente, ao formular a sua proposta de preços no pregão eletrônico, já sabia que a cláusula 9.2.1 impedia a sua participação, eis que não ignorava – como reconhecido no próprio recurso administrativo - não pode e não poderia oferecer preços mais atraentes e que pudessem ser comparativamente “considerados competitivos”, requisitos imprescindíveis para a participação no certame.*

*Outrossim, o próprio edital menciona em seu item 10.6 que “Não serão admitidos Recursos em que haja mera alegação de preço inexequível sem que se apresente cálculos e dados objetivos da condição de inexequibilidade alegada”.*

*Deste modo, o recurso administrativo interposto pela recorrente sequer deve ser conhecido, eis que utilizando-se ardilosamente do recurso administrativo como meio indireto de questionamento da validade do instrumento convocatório, atribuindo ao SENAI violação inexistente.”*

Quanto ao erro técnico formal alegado pela recorrente, o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL/RS destaca que:

*“...além de apresentar o menor lance para o PESG 009/20, lote 01, é empresa autorizado pela Dimel/Inmetro para verificação metrológica através do número EA051. Além disso, cabe mencionar que, se um medidor de gás tiver seu lacre rompido, será recolado após verificação ficando dentro dos parâmetros de erro da verificação inicial, como é o caso do medidor pós-reparo. Nesse sentido, o SENAI/RS possui autorização para colocação de lacre, considerando os critérios de conformidade os mesmos utilizados na verificação pós reparo, que são os critérios verificação inicial.*

Conforme pontuado anteriormente, se um medidor de gás tiver seu lacre rompido, será recolado após verificação ficando dentro dos parâmetros de erro da verificação inicial, como é o caso do medidor pós-reparo. Neste caso o SENAI/RS possui autorização para colocação de lacre, considerando os critérios

de conformidade os mesmos utilizados na verificação pós-reparo, que são os critérios verificação inicial conforme portaria 114/1997 em vigor.

Cabe salientar que é obscura a colocação por parte da recorrente, pois a mesma enuncia em seu Site<sup>1</sup> ter a mesma autorização no Inmetro para a colocação dos Lacs, trazendo claramente ao recurso informações desconexas, com o fim de impugnar o certame visando um possível benefício próprio em nova disputa, o que vai contra a lisura do processo licitatório da ESGÁS, em busca do menor valor em prol dos consumidores de seu serviço.”

Afirma ainda quanto á colocação do lacre que:

“A recorrente está claramente equivocada nas suas alegações, ao afirmar que “a colocação do lacre metrológico, por força de lei não pode ser colocado por nenhuma “EA” (Empresa Autorizada), mas somente pelo INMETRO / IPEN.”, pois o SENAI é um empresa autorizada pelo Inmetro para a colocação do lacre metrológico por ter sido acreditada/homologada de acordo com a Portaria Inmetro 400 de 12/08/2013.

Como anteriormente mencionado, O SENAI/RS, através de sua unidade “PGE” é autorizado pela Dimel/Inmetro para verificação metrológica através do número EA051. Se um medidor de gás tiver seu lacre rompido, será recolado após verificação ficando dentro dos parâmetros de erro da verificação inicial, como é o caso do medidor pós reparo De outra banda, a própria empresa já discorreu em seu parecer, pois o Inmetro autoriza/acredita outras empresas a colocar o Lacre conforme a Portaria 400 de 12/08/2013. Considerando os parâmetros para declaração de conformidade em medidores pós reparo, que são os mesmos de verificação inicial, pode ser feito por empresa autorizada.”

Por fim, afirma que:

*É grave e inverídica a alegação de que o recorrido tenha violado o processo licitatório e extraído vantagem ilícita em fraude preconcebida. O SENAI/RS é uma empresa transparente, ética, idônea que de forma alguma praticaria ato ilícito ou fraude. A alegação de que o recorrido zerou os valores correspondentes aos Lacs é leviano, pois sempre manteve o valor tabelado na proposta. Inclusive, é prerrogativa e missão do SENAI/RS ampliar a Competitividade da Indústria Brasileira e desta forma cobrando desta forma apenas o valor dispendido para a aplicação do Lacre.*

*Como pode-se observar na PPU, o recorrido não zerou os preços do serviço de lacre, foram utilizadas as taxas cobradas pelo Inmetro conforme Portaria Interministerial 44/2017. Cabe destacar que o SENAI/RS preza pela lealdade na disputa, e sempre manteve o preço tabelado para não obter vantagens sobre outras empresas não autorizadas pela Dimel.*

*Portanto, sem maiores delongas, resta demonstrado e comprovado, que não merece prosperar as alegações apresentadas pela empresa GASCAT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.”*

#### **4 – ANÁLISE TÉCNICA**

O recurso ora impetrado é intempestivo pois se refere a impugnação de previsão de habilitação técnica do Edital PESG009/20, complementado na forma das informações apresentadas através de perguntas e respostas de conhecimento do público geral na plataforma Licitações-e conforme data assinalada acima.

A informação complementar que a recorrente alega macular o Edital PESG009/20 foi prestada em 28/12/2020, e a Abertura de Propostas ocorreu em 07/01/2021, portanto 7 (sete) dias úteis depois da publicação da mesma.

O prazo para impugnação do Edital, conforme previsto no Edital PESG 009/20 item 13.1, reproduzido a seguir, é de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data de abertura das propostas:

*“13.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital e seus anexos, até 5 dias úteis anteriores à data de abertura das propostas.”*

Diante do exposto, o recorrente teve até o dia 30/12/2020 para apresentar o recurso de impugnação do edital PESG009/20, solicitando o cancelamento do referido processo. Não obstante, o recurso só foi apresentado em 12/02/2021, passados 31 (trinta e um) dias úteis do prazo previsto no edital.

Por esta razão exclusivamente, este pregoeiro entende que deve ser negado provimento do recurso impetrado pela recorrente.

Sem embargo, em atenção ao que prevê o Edital PESG009/20 e a Lei 13.303/2016, segue a análise e decisão desse Pregoeiro, em conjunto com a comissão de apoio, referente ao recurso interposto pela empresa GASCAT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA com as justificativas abaixo.

Em cumprimento às demais fundamentações legais, mostradas a seguir e face às contrarrazões apresentadas pela empresa SENAI/RS, consideramos tecnicamente improcedentes as razões de recurso apresentadas pela empresa GASCAT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

A recorrente alega no recurso um erro de conceito técnico formal devido um questionamento realizado durante o pregão, conforme já demonstrado anteriormente.

A recorrente alega que a colocação do lacre metrológico, por força de lei não pode ser colocado por nenhuma “EA” (Empresa Autorizada), mas somente pelo INMETRO/IPEM.

Porém mais adiante no recurso, a mesma se contradiz, e diz que é permitida a “EA” lacrar os medidores apenas quando se tratam de medidores novos ou que tenham sido reparados pela “EA”.

A mesma cita o artigo 2.1 e 2.2 da Portaria do INMETRO nº 400, de 12 de agosto de 2013.

#### *“2. CAMPO DE APLICAÇÃO*

*A autorização é aplicável:*

*2.1. Às empresas detentoras de portaria de aprovação de modelo, com instalações em território brasileiro, que demonstrem competência, segundo os requisitos do presente regulamento técnico metrológico, para emitir declaração de conformidade de instrumentos de medição novos, em substituição às verificações iniciais, conforme previsto em Resolução do CONMETRO.*

*2.2. Às empresas com instalações em território brasileiro, que demonstrem competência, segundo os requisitos do presente regulamento técnico metrológico, para emitir declaração de conformidade de instrumentos de medição que elas reparam, em substituição às verificações após reparo, conforme previsto em Resolução do CONMETRO.”.*

A mesma Portaria relaciona outros requisitos para uma empresa fazer a declaração de conformidade de instrumentos de medição.

Então a resposta dada ao questionamento na fase do processo licitatório está correta, pois está bem expressa a condicionante “se” a empresa atender aos requisitos do INMETRO/IPEM.

A resposta condicional, em si, não determina fato expresso que induza a um eventual erro de precificação que depois não possa ser questionado pela ES GÁS e impeça uma eventual desclassificação de uma proposta vencedora que tenha uma suposta vantagem ilícita.

É fato que este Pregoeiro, com o suporte da comissão de apoio, conduz detalhado e criterioso processo de análise de documentação de habilitação, bem como de verificação de exequibilidade, e identificados preços inexequíveis a resposta do questionamento em nada impediria a desclassificação da eventual empresa.

A despeito de todo o exposto, a afirmação de que *“resta claro tal violação ter sido praticada pela licitante “SENAI”, que zerando os valores correspondentes aos lacres a serem efetuados pelo INMETRO / IPEM, na condição de EA, logrou extrair vantagem ilícita em fraude preconcebida”* não se sustenta, pois isso além de não ser possível, uma vez que o serviço de selagem é um item separado da calibração dentro da PPU (Planilha de Preço Unitário) e tabelado pela Portaria Interministerial nº 44/2017, **foi demonstrado na DFP** (Demonstrativo de Formação de Preço) pela empresa vencedora.

## 5 – CONCLUSÃO

Tendo em vista o relatado na presente análise, este Pregoeiro resolve manter a decisão proferida diante dos fatos expostos, e resolve não dar provimento ao pleito do Recurso Administrativo impetrado pela recorrente.

O resultado desta avaliação foi pautado nas estritas exigências do edital e da lei de licitações.

Ante todo o exposto, diante da manutenção da decisão de não provimento do recurso administrativo impetrado, tendo em vista o previsto no item 10.4 do Edital PESG009/20, o



---

presente recurso será encaminhado à Autoridade Superior, neste caso o Diretor de Operações da ES GÁS, para decisão de caráter definitivo.

Vitória, 24 de fevereiro de 2021.

Abaixo subscrevem-se:

---

Paulo Augusto Rodrigues Ribeiro  
Pregoeiro